



Working  
Paper

479

CCGI - Nº08  
Working Paper Series  
MAIO DE 2018



SAO PAULO SCHOOL  
OF ECONOMICS

## O BRASIL NA OCDE: membro pleno ou mero espectador?

Vera Thorstensen  
Marcelly Fuzaro Gullo

As manifestações expressas por integrantes dos quadros da Fundação Getulio Vargas, nas quais constem a sua identificação como tais, em artigos e entrevistas publicados nos meios de comunicação em geral, representam exclusivamente as opiniões dos seus autores e não, necessariamente, a posição institucional da FGV. Portaria FGV Nº19

Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas FGV EESP

[www.fgv.br/eesp](http://www.fgv.br/eesp)

## O BRASIL NA OCDE: membro pleno ou mero espectador?

Vera Thorstensen<sup>1</sup>  
Marcelly Fuzaro Gullo<sup>2</sup>

**Resumo:** Em maio de 2017 o Brasil apresentou pedido oficial de acessão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, organização internacional da qual tem participado ativamente como membro parceiro desde a década de 90. Diante do pedido brasileiro, o presente estudo busca compreender o funcionamento e estrutura da OCDE, bem como identificar de que maneira o Brasil está se envolvendo nas atividades da organização e como poderá beneficiar-se tornando-se membro. Para tanto, realiza análise da origem e objetivos da organização, sua estrutura, relação com membros e não membros parceiros, modo de atuação e instrumentos legais produzidos, e identifica a atuação brasileira junto à Organização. Por fim, verifica-se que, caso o Brasil torne-se membro, poderá atuar mais ativamente na construção das regras e políticas globais.

**Palavras chave:** OCDE, fórum global, Brasil, cooperação

**Classificação JEL:** F53, F63, K33, O19

**Abstract:** *In May 2017, Brazil submitted a formal letter of accession to the Organization for Economic Cooperation and Development - OECD, an international organization of which the country has participated actively as a partner since the 1990s. Considering the Brazilian request, this study seeks to understand the functioning and structure of the OECD, as well as to identify how Brazil is getting involved in the activities of the organization, and how it can be benefited by becoming a member. Therefore, it carries out an analysis of the history and objectives of the organization, its structure, relations with members and non-members, mode of operation and legal instruments produced, and identifies the Brazilian work with the Organization. Finally, it turns out that, if Brazil it becomes a member, the country will be able to act more actively in the construction of the rules and global policies.*

**Key words:** *OECD, global fórum, Brazil, cooperation*

**JEL Classification:** F53, F63, K33, O19

---

<sup>1</sup> Professora da Escola de Economia de São Paulo da FGV, Coordenadora do Centro de Estudos do Comércio Global e Investimentos (CCGI/FGV) e Titular da Cátedra OMC no Brasil.

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciências Jurídico-Econômicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC), Mestre em Direito pela UNESP e Pesquisadora do CCGI/FGV.

## Introdução

No dia 29 maio de 2017 o Brasil formalizou pedido de abertura de processo de acesso à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (*Organisation for Economic Co-operation and Development* - OECD). Quando o pedido de acesso for aceito pelo Conselho da OCDE, a fase seguinte será a negociação dos termos dessa acesso, processo estimado em 3 a 4 anos, até que o país deposite o seu termo de ratificação. O Brasil, portanto, tem um longo caminho a percorrer.

A OCDE é hoje considerada uma das mais relevantes instituições internacionais dentre as que foram estabelecidas após a 2ª Guerra Mundial. O pedido de acesso é decorrente do maior interesse do País nas atividades da OCDE, o que vem ocorrendo desde a década de 1990, quando o Brasil começou a integrar comitês e grupos de trabalho da Organização, além de ter aderido e ratificado alguns de seus instrumentos. Em 2007, com o objetivo de ampliar seu papel na esfera internacional, a OCDE convidou vários países em desenvolvimento como *key partners* da Organização, dentre eles, o Brasil, China, Índia, África do Sul e Indonésia.

Diante desses fatos, é oportuno se analisar as consequências e os impactos do pedido brasileiro, destacando o papel da OCDE no cenário internacional e sua importância para a governança internacional e interna de cada um de seus membros.

Composta, originalmente, por países desenvolvidos, passou a admitir, como membros ou parceiros, países de outras regiões e em desenvolvimento, tendo como função a de ser um foro de debates e trocas de experiências sobre políticas públicas entre membros e com outras organizações, com o amplo objetivo de promover cooperação, boas práticas e políticas globais voltadas para o desenvolvimento e bem-estar econômico e social.

Os relatórios e estatísticas produzidos pelos órgãos subsidiários da OCDE em diferentes áreas já resultaram em diversos instrumentos legais e guias gerais (*guidelines*), com orientações sobre os mais variados temas, que servem como princípios orientadores para implementação de políticas nacionais e resolução de problemas comuns. São exemplos as questões relacionadas a investimentos estrangeiros e empresas multinacionais, tributação e combate à evasão fiscal, medidas anticorrupção, meio ambiente, educação, economia digital e desenvolvimento, dentre outros.

O CCGI - Centro de Estudos do Comércio Global e Investimentos da EESP-FGV, em 2017, criou um Núcleo de Estudos sobre OCDE, com professores, alunos e jovens advogados, e vem realizando encontros para discutir a acesso do Brasil à Organização. Dentre os temas já discutidos: histórico da OCDE, comparação com OMC e FMI, governança das multinacionais, concorrência, investimentos, Códigos de Liberalização de Capitais e Serviços e tributação. A ideia é transformar essas discussões em uma série de artigos e disponibilizá-los no site do Centro.

O presente artigo, o primeiro da série, procura dar uma ideia geral sobre a OCDE. Apresenta um breve histórico, analisa sua estrutura, funcionamento, e a participação do Brasil na Organização.

## Argumentos prós e contra a entrada do Brasil

Antes de iniciar uma análise mais detalhada da OCDE, oportuno se faz explorar alguns argumentos a favor ou contra a entrada do Brasil como membro pleno.

Dentre os argumentos contra já levantados, estão as alegações de: perda de soberania do país, perda da sua posição de líder do G-77 (grupo de países em desenvolvimento), custos da acesso à Organização, bem como de que seria mais vantajoso ao Brasil só participar nos comitês em que teria interesse. Algumas respostas são imediatas:

- Segundo o site do MRE, o Brasil hoje possui 5.098 acordos internacionais assinados e em vigor. Segundo o site da ONU, na sua Coleção de Tratados, o Brasil já assinou 351 tratados multilaterais. Segundo o *World Facts Book* do Governo dos EUA, o Brasil é membro de 74 instituições internacionais. Partindo-se do pressuposto de que a participação em organizações internacionais implica na negociação e aceitação de regras e alteração de políticas internas do Brasil que estejam em desacordo com essas regras, a perda de soberania é um custo inerente às vantagens de se fazer parte de qualquer instituição internacional ou negociar acordos.

- Com relação aos custos de participação, estimativas dos gastos com outras organizações como FMI e OMC, estão entre US\$10 milhões a US\$ 20 milhões, o que pode dar uma ideia dos futuros custos.

- A escolha entre as opções de “ser o líder dos países pobres” ou apenas “o último dentre os países ricos” não mais se justifica. A posição do Brasil na economia internacional torna cada vez mais difícil sustentar sua classificação como país em desenvolvimento para obter flexibilidades dos tratados internacionais. Vários países de renda média já são membros da OCDE.

Dentre os argumentos a favor da acessão do País à Organização, alguns argumentos podem ser levantados:

- No momento presente, em que a liderança dos EUA paralisa o principal foro de negociação do comércio internacional que é a Organização Mundial do Comércio - OMC, e coloca em cheque seu Órgão de Solução de Controvérsias, a OCDE, com forte ênfase na regulação do comércio e investimentos, passa a desempenhar papel de destaque.

- A OCDE vem assumindo de forma cada vez mais atuante o papel de Secretariado do G-20, o mais importante foro da governança do Mundo atual.

- A internacionalização cada vez mais profunda da economia do Brasil e sua dependência das cadeias de valor e do desempenho das transnacionais, demandam cada vez maior interligação do País à negociação e participação de entidades globais que formulam regras nas mais diferentes atividades econômicas.

Em síntese, a acessão do Brasil como membro da OCDE obrigará o País a realizar profundo reexame de suas políticas regulatórias e assim fazer parte como membro pleno do foro central da governança global. A OCDE é, atualmente, foco privilegiado da discussão dos grandes temas de interesses mundiais, bem como de boas práticas governamentais. Tal participação obrigará o Brasil a dar um largo passo na modernidade para reformar políticas públicas. O Brasil não pode mais ser apenas um mero espectador!

## **Breve Histórico e Evolução**

As origens da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico -OCDE remontam ao período pós 2ª Guerra Mundial e aos arranjos europeus para execução do Programa de Recuperação Europeia, ou *European Recovery Program – ERP*, proposto pelos Estados Unidos, e que ficou conhecido como Plano Marshall.

Em famoso discurso proferido em junho de 1947, na Universidade de Harvard, George C. Marshall, enquanto Secretário de Estado dos Estados Unidos, ressaltou a necessidade e importância da união dos líderes europeus para tomada de decisões conjuntas, visando a recuperação econômica da Europa. Destacando que a iniciativa de união deveria partir dos europeus, Marshall sugeriu que Europa e Estados Unidos poderiam, juntos, desenvolver um plano de recuperação europeia, com a ajuda econômica em dólares por parte dos Estados Unidos (MARSHALL, 1947, pp. 257-259).

Pouco depois do discurso, líderes de 16 países europeus: Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça, Turquia e Reino Unido, reuniram-se em uma Conferência, em Paris, em julho de 1947,

para traçar um plano de recuperação econômica para o pós-guerra. Como resultado, foi criado o Comitê Europeu de Cooperação Econômica, ou *Committee of European Economic Cooperation - CEEC*, que se tornaria responsável por gerenciar as etapas do Plano de Recuperação (WOLFE, 2008, p. 25).

Reconhecendo que a execução do Programa seria melhor dinamizada com o estabelecimento de um organismo internacional permanente e voltado para este fim, o Comitê reuniu-se em nova Conferência em Paris, em abril de 1948, ocasião em que foi assinada a Convenção para estabelecimento da chamada Organização para Cooperação Econômica Europeia - OCEE, ou *Organisation for European Economic Cooperation - OEEC* (BARBEZAT, 2009, p. 34). Essa primeira Organização foi composta pelos 16 países integrantes do Comitê Europeu de Cooperação Econômica, pela Alemanha Ocidental (originalmente representada pelas áreas de ocupação combinada dos EUA e Reino Unido e pela área de ocupação francesa), e pelo antigo Território Livre de Trieste (área administrada pelos EUA e Reino Unido). Contava com os Estados Unidos e Canadá como observadores (WOLFE, 2008, p. 26).

O objetivo da OEEC era promover a cooperação econômica entre seus membros e, como atividade inicial, acompanhar a execução do Plano Marshall para reconstrução da Europa, por meio do *European Recovery Program - ERP*. Objetivava, ainda, incentivar o desenvolvimento do comércio intra-europeu promovendo a redução de tarifas e outras barreiras à expansão do comércio, analisar a viabilidade de criação de uma união aduaneira ou área de livre comércio, estudar a multilateralização de pagamentos e alcançar melhores condições de trabalho (OECD, 2018).

A OEEC possuía uma estrutura organizacional semelhante à atual OCDE, com um Conselho, Secretariado e Comitês que cuidavam de temas diversos, como alimentos e agricultura, carvão, eletricidade, ferro e aço, matérias-primas, maquinários, metais não ferrosos, produtos químicos, madeira, papel, têxteis, transporte marítimo e terrestre, políticas, balanças de pagamento, comércio, pagamentos intra-europeus e mão de obra (OECD, 2018).

Com o final do Plano Marshall, em 1952, um dos objetivos da OEEC perdeu sua razão de existir. A Organização passou por períodos de menor influência política após a criação da OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte, em 1949, quando membros da OCDE, que também eram membros da OTAN, passaram a dar maior preferência às negociações sobre ajuda econômica e militar via a recém-criada organização, ao invés da própria OEEC (OECD, 2018). Paralelamente, com a promulgação do *Mutual Security Act* pelos Estados Unidos, em 1951, o país criou uma Agência de Segurança Mútua, ou *Mutual Security Agency - MSA*, cujas atividades consistiam em desenvolver e administrar programas de apoio à defesa e assistência econômica em países considerados aliados dos EUA. A atuação da Agência na Europa era desenvolvida junto aos membros da OTAN, além de Áustria, Espanha e Iugoslávia (U.S., 1952, p. 438-439), novamente deixando a OEEC em segundo plano. Os únicos membros da OEEC que não integraram a OTAN foram Áustria, Irlanda, Suécia e Suíça (WOLFE, 2008, p. 26).

Diante da situação e ameaças militares, no contexto da Guerra Fria, membros da OTAN chegaram a sugerir que a estrutura da OEEC, com seus Comitês, equipes de especialistas e produção estatística fosse aproveitada para promover o reforço da OTAN e cuidar de problemas como inflação e redistribuição de matérias-primas. O Reino Unido, por outro lado, sugeriu que, ao invés disso, a OTAN constituísse seu próprio comitê econômico (OECD, 2018). Após uma Conferência da OTAN, em 1951, o tema foi debatido e definiu-se que a OTAN teria seu próprio comitê econômico para tratar especificamente de questões de desenvolvimento dos membros da OTAN, enquanto a OEEC seria focada nas questões econômicas europeias (OECD, 2018).

Superado o período de crise, os membros da OEEC, mais os Estados Unidos e o Canadá, mantiveram-se no propósito de prosseguir com a cooperação entre si para fortalecimento da economia europeia, e uniram-se para a criação de uma nova organização internacional, com a



assinatura da Convenção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, em dezembro de 1960, a qual entrou em vigor em 31 de setembro de 1961, com sede em Paris. Deste modo, a OCDE substituiu e ocupou o lugar deixado pela antiga OEEC, com o objetivo de ampliar o mandato de atuação e fortalecer a tradição de cooperação já existente entre os membros (OECD, 2018).

## **Objetivos**

Nos termos do artigo 1 de sua Carta Constitutiva, a OCDE estabelece como objetivos o desenvolvimento de políticas que promovam: a) crescimento econômico sustentável, empregos e elevados padrões de vida nos membros, com a manutenção de estabilidade financeira e contribuição ao desenvolvimento da economia mundial; b) expansão econômica dos membros e não membros em processo de desenvolvimento econômico; e c) a expansão do comércio mundial em bases multilaterais e não discriminatórias, conforme regras internacionais.

O artigo 2 da Convenção determina que os membros, por sua vez, devem ser comprometidos com o uso eficiente de suas fontes econômicas, o desenvolvimento científico e tecnológico, a busca por políticas orientadas para o crescimento econômico e estabilidade financeira interna e externa, a redução ou eliminação de obstáculos ao comércio de bens e serviços e a liberalização de movimento de capitais. Devem ser comprometidos com a contribuição ao desenvolvimento econômico dos membros e não membros, especialmente por meio de fluxos de capitais, tendo em conta a importância para suas economias do recebimento de assistência técnica e expansão de mercados de exportação.

Após a criação da OCDE em 1960, ao longo das décadas seguintes, a Organização expandiu-se, tanto nos seus objetivos, como em número de membros. Além dos temas de política econômica originalmente tratados, a OCDE abarca, hoje, estudos, análises e estabelecimento de instrumentos legais diversos em diversas áreas temáticas como: agricultura; anticorrupção; químicos; concorrência; políticas de consumo; governança corporativa; assistência ao desenvolvimento; economia digital; educação; emprego, trabalho e assuntos sociais; meio ambiente; créditos à exportação; mercados financeiros; assuntos tributários; crescimento verde; saúde; crescimento inclusivo; seguros e previdência privada; investimento estrangeiro e multinacionais; investimentos; transporte marítimo; energia nuclear; governança pública; política de desenvolvimento regional; política regulatória; políticas científica e tecnológica; construção naval; pequenas e médias empresas; estatísticas e política estatística; aço; turismo; comércio; resíduos; dentre outros (OECD, 2018). A grande variedade de temas tratados demonstra a capacidade de articulação da Organização e sua versatilidade em abordar temas diversos e inter-relacionados, de forma a incluí-los na agenda de desenvolvimento e crescimento dos membros e não membros parceiros.

## **Membros**

Quanto aos integrantes da OCDE, além dos membros fundadores, outros quinze países, inclusive de outros continentes, se tornaram membros da Organização, como Austrália, Coreia do Sul, Chile, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Finlândia, Hungria, Israel, Japão, Letônia, México, Nova Zelândia, Polônia, República Tcheca, contabilizando-se 35, ao todo, até março de 2018. Este número pode continuar em expansão em razão da atração que a Organização tem exercido sobre novos candidatos.

Em 2007, o Conselho da OCDE iniciou discussões sobre a acessão de cinco países candidatos a membros: Chile, Estônia, Israel, Eslovênia e Rússia. Os quatro primeiros países tornaram-se membros em 2010, enquanto a Rússia teve seu processo suspenso, temporariamente, em 2014 (OECD, 2018), como reação à anexação da Crimeia (COZENDEY,

2017, p. 30). Em 2013, o Conselho da OCDE iniciou discussões para acesso da Colômbia e da Letônia, sendo que a Colômbia ainda permanece em negociação, enquanto a Letônia aceitou em julho de 2016 (OECD, 2018). Em 2015, a OCDE também convidou a Costa Rica e a Lituânia para iniciarem conversações formais sobre acesso (OECD, 2018). Deste modo, os atuais países em processo de acesso são três: Colômbia, Lituânia e Costa Rica. Ainda, outros seis países demonstraram interesses formais de integrarem a OCDE e aguardam decisão do Conselho para início de um processo de acesso. São eles: Brasil, Argentina, Peru, Romênia, Bulgária e Croácia.

Os 35 membros da OCDE e suas respectivas datas de acesso			
País	Data	País	Data
Alemanha	27 de Setembro de 1961	Irlanda	17 de Agosto de 1961
Austrália	7 de Junho de 1971	Islândia	5 de Junho de 1961
Áustria	29 de Setembro de 1961	Israel	7 de Setembro de 2010
Bélgica	13 de Setembro de 1961	Itália	29 de Março de 1962
Canadá	10 de Abril de 1961	Japão	28 de Abril de 1964
Chile	7 de Maio de 2010	Letônia	1 de Julho de 2016
Coréia do Sul	12 de Dezembro de 1996	Luxemburgo	7 de Dezembro de 1961
Dinamarca	30 de Maio de 1961	México	18 de Maio de 1994
Eslováquia	14 de Dezembro de 2000	Noruega	4 de Julho de 1961
Espanha	3 de Agosto de 1961	Nova Zelândia	29 de Maio de 1973
Eslovênia	21 de Julho de 2010	Polónia	22 de Novembro de 1996
Estados Unidos	12 de abril de 1961	Portugal	4 de Agosto de 1961
Estônia	9 de Dezembro de 2010	Reino Unido	2 de Maio de 1961
Finlândia	28 de Janeiro de 1969	Rep. Tcheca	21 de Dezembro de 1995
França	7 de Agosto de 1961	Suécia	28 de Setembro de 1961
Grécia	27 de Setembro de 1961	Suíça	28 de Setembro de 1961
Holanda	13 de Novembro de 1961	Turquia	2 de Agosto de 1961
Hungria	7 de Maio de 1966		

Fonte: Dados OCDE (OECD, 2018). Elaboração CCGI- EESP/FVG.

Além dos atuais 35 membros, e conforme artigo 13 da Convenção e seu Protocolo Suplementar nº1, a OCDE conta também com a participação da União Europeia em seus trabalhos, representada pela Comissão Europeia, na condição de um “quase membro” (*quase-Membership*) (WOODWARD, 2009, p. 46.). A União Europeia possui delegação permanente em Paris, com um assento no Conselho, e participa ativamente das reuniões da OCDE, dos órgãos subsidiários, das revisões por pares, e da redação de acordos, apenas não possuindo direito a voto sobre a adoção dos instrumentos legais, nem obrigação de contribuir com o orçamento (OECD, 2018).

A OCDE tem buscado estreitar laços e relações de cooperação com países não membros, organizações e fóruns internacionais, como o G-20, OMC – Organização Mundial do Comércio, OIT – Organização Internacional do Trabalho, ONU – Organização das Nações Unidas, Unesco – Organização das Nações Unidas sobre Educação, Ciência e Cultura, Unctad – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Banco Mundial, APEC – Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, FMI – Fundo Monetário Internacional, FAO – Organização da Alimentação e Agricultura, UNDP – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, OMS – Organização Mundial da Saúde, ADB – Banco de Desenvolvimento Asiático, Banco de Investimento Europeu, Banco Interamericano de Desenvolvimento, AfDB – Banco Africano de Desenvolvimento, dentre outros.

Empresas, trabalhadores e organismos representantes da sociedade civil, também participam da Organização em atividades selecionadas, na condição de parceiros. São relevantes o BIAC (*Business and Industry Advisory Committee to the OECD*) e o TUAC (*Trade*



*Union Advisory Committee to the OECD*). Atualmente, 137 países não membros, como o Brasil, são partes aderentes e/ou ratificantes de diversos dos instrumentos da OCDE (OECD, 2018).

### Governança e Estrutura

A OCDE é uma organização intergovernamental dirigida pelos seus membros (*members driven*) que são os protagonistas dos trabalhos e da definição da agenda. Os membros se comprometem a: 1) manter uma delegação permanente em Paris, cujo objetivo é acompanhar e garantir que os trabalhos da OCDE reflitam as prioridades de seus governos; 2) manter orçamento de apoio aos trabalhos da Organização, sendo que cada membro contribuirá de acordo com o tamanho de sua economia, 3) presença de representantes de governo que integrem e desenvolvam atuação nos Comitês da OCDE, 4) atuação no Conselho e escolha do chefe executivo da Organização (WOODWARD, 2009, p. 44-46.).

No que se refere à sua estrutura e organismos internos, a direção da OCDE está fundamentada sobre três pilares: o Conselho (*Council*), o Secretariado (*Secretariat*) e os diversos Comitês (*Committees*). A forma de organização e atuação está especificada nos artigos da Convenção da OCDE e nas Regras de Procedimento da Organização (*Rules of Procedure of the Organisation*) que foram adotadas pelo Conselho em 30 de setembro de 1961 [OECD/C(61)21] e tem sido atualizadas (emendadas) desde então. (OECD, 2013c).

As línguas oficiais de trabalho da OCDE são o francês e o inglês.

### Estrutura da OCDE:



Fonte: OCDE (OECD, 2018)

O **Conselho** é o mais alto órgão da OCDE, composto por um representante de cada país membro, além de um representante da Comissão Europeia (artigo 7 do Acordo Constitutivo da OCDE). Possui função decisória e executiva, com poderes para condução das negociações e estabelecimento dos instrumentos legais da OCDE, os quais são derivados dos estudos realizados pelos Comitês (OECD, 2018). Reúne-se regularmente, presidido pelo Secretário Geral, e com a participação dos representantes permanentes de cada um de seus membros.

Além das reuniões regulares, o Conselho reúne-se uma vez por ano em reunião Ministerial (*the Ministerial Council Meeting - MCM*) para discussão coletiva dos assuntos considerados principais e definição de direcionamentos e prioridades aos trabalhos, que serão conduzidos pelo Secretariado (OECD, 2018). Geralmente, participam das reuniões Ministeriais: os Ministros de Finanças, Assuntos Externos e Comércio, acompanhados por

oficiais de governo; especialistas em políticas, o BIAC, o TUAC, além de outros parceiros sociais da OCDE, observadores de organizações econômicas multilaterais, e observadores de alguns países não membros convidados. Os cinco países de “engajamento ampliado” (Brasil, China, Índia, Indonésia e África do Sul) e os países em processo de acessão participaram de uma Ministerial de maneira integral, pela primeira vez, em 2008 (WOODWARD, 2009, p. 46.).

Nos termos do artigo 61 da Convenção da OCDE, as decisões do Conselho são tomadas por consenso, salvo se, por unanimidade, o Conselho decidir de forma diferente para casos especiais. Em julho de 2004, a Organização começou a experimentar votações por maioria qualificada (*Qualified Majority Voting* - QMV). A Resolução C(2006)78/REV1/FINAL, de 2006, denominada *Revised Resolution of the Council on a new Governance Structure for the Organisation*, posteriormente revisada pela Resolução C(2014)120/REV2, tornou permanente a possibilidade de votação por maioria qualificada em “casos especiais”. Quando o consenso não puder ser alcançado, a decisão será tomada por maioria qualificada se tiver o apoio de 60% dos membros e não sofrer a oposição de 3 ou mais membros responsáveis pela contribuição de um quarto (25%) da Parte I do orçamento (WOODWARD, 2009, p. 48.). A lista dos considerados “casos especiais” e o processo de tomada de decisão por maioria qualificada estão descritos na referida Resolução C(2014)120/REV2, denominada *Resolution of the Council on decision-making by the Council and its Standing Committees*.

Os **Comitês** são responsáveis por analisar e desenvolver trabalhos em áreas temáticas específicas, conforme instruções recebidas do Conselho (*Rule 22.a* das Regras de Procedimento da Organização), produzindo dados, estatísticas e resultados que podem ser convertidos em aconselhamento político e boas práticas pelo Secretariado, ou mesmo em instrumentos legais, a depender de decisão do Conselho. São responsáveis pela condução das revisões por pares e pelo monitoramento da implementação dos instrumentos da OCDE.

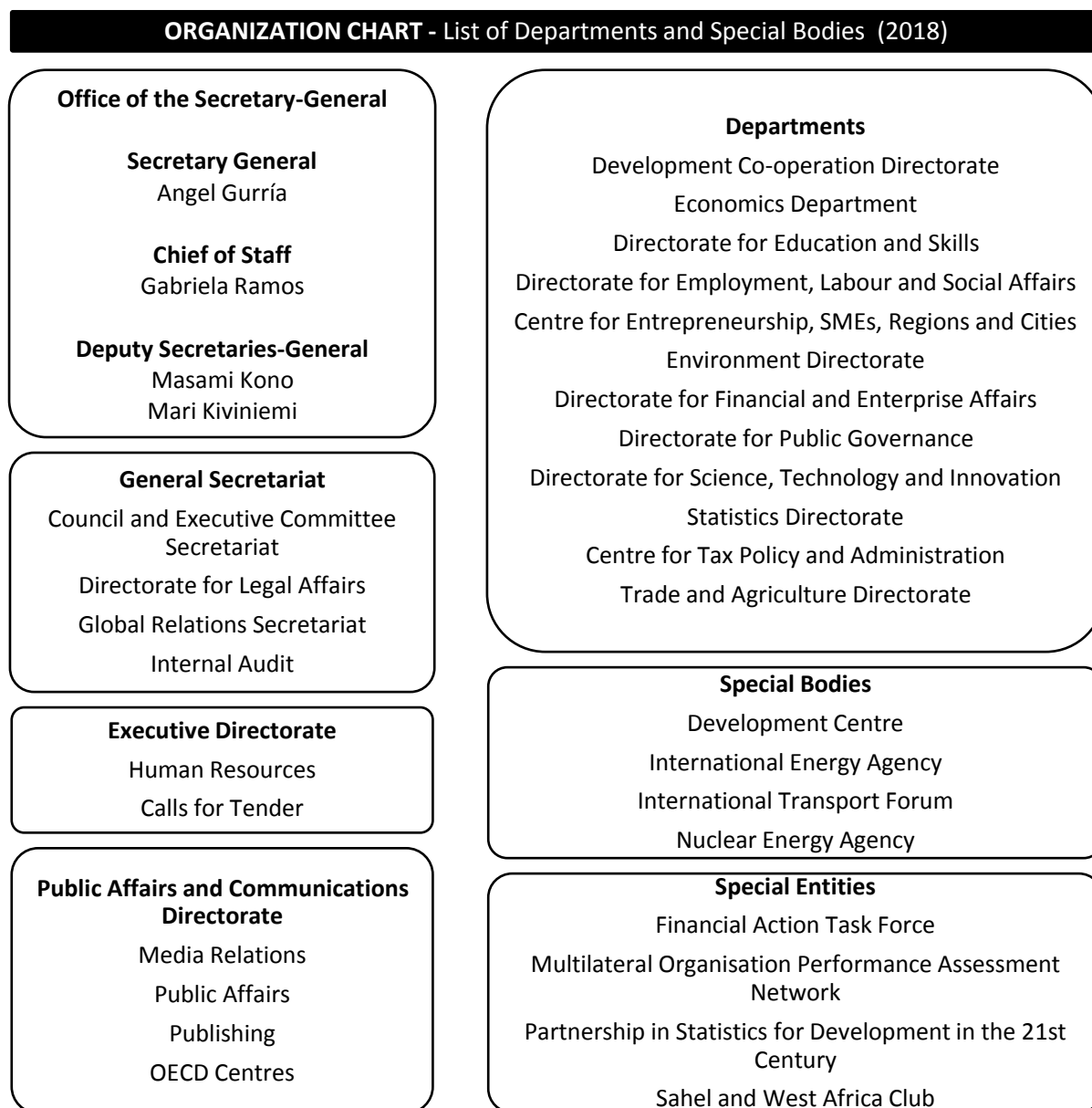
No total, a OCDE conta com cerca de 250 Comitês, Grupos de Trabalho (*Working Groups*) e Grupos Especiais (*Expert Groups*), que atuam nas mais diversas e específicas áreas, compostos por representantes dos membros e de alguns países convidados não membros, dentre representantes do Secretariado da OCDE, membros de delegações permanentes, oficiais seniores, especialistas nomeados pelos membros, organizações internacionais, membros da sociedade civil (OECD, 2018).

Cada Comitê, vinculado à Diretoria correspondente no Secretariado, desenvolve trabalhos dentro de sua competência, estabelece rotina própria de trabalho e cria órgãos subsidiários (Grupos de Trabalho e Grupos Especializados) para auxiliar suas atividades. Os trabalhos são conduzidos de maneira informal, de modo a encorajar a troca de opiniões diretas. Os membros dos Comitês, inclusive, possuem acesso a um portal restrito online (*OECD Network Environment* — O.N.E.), o qual proporciona acesso remoto dos membros dos Comitês e Secretariado às informações e discussões em grupos. (WOODWARD, 2009, p. 53.).

O **Secretariado** tem suas atividades coordenadas pelo Secretário-Geral (artigo 10 da Convenção da OCDE), assessorado por um ou mais Secretários-Gerais Adjuntos, que também são responsáveis por conduzir as atividades do Conselho. Trata-se de um órgão estrutural “forte” (COZENDEY, 2017, p. 26), multidisciplinar e subdividido em diretorias, departamentos e órgãos especiais, com cerca de 2.500 funcionários especializados, dentre economistas, advogados, cientistas e profissionais de outras áreas, que são incumbidos de oferecer acompanhamento, suporte técnico, administrativo e logístico à Organização, às atividades dos Comitês e implementar as prioridades definidas pelo Conselho (OECD, 2018). Cada Diretoria do Secretariado serve e auxilia um ou mais Comitês, Grupos de trabalho e Grupos Especiais em suas atividades, conforme suas áreas de atuação. O Secretariado realiza pesquisas, análises e recomendações de políticas públicas.

O Secretário-Geral, além de conduzir o Secretariado como Diretor, preside as sessões do Conselho, desenvolve a agenda, busca envolver as delegações nacionais dos membros com

as atividades da Organização, e manter abertos os canais de comunicação entre os diversos organismos da OCDE (WOODWARD, 2009, p. 49.). Durante o cumprimento de seu mandato de cinco anos, possui responsabilidades relacionadas à política, execução e gestão, além de ser quem representa a OCDE.



Fonte: OCDE (OECD, 2018). Elaboração e Adaptação: CCGI- EESP/FVG.

Para manutenção de sua estrutura, a OCDE conta com **orçamento** próprio, financiado por seus membros e calculado para um calendário bienal com base nos programas anteriores, dividido em Parte I e Parte II. A Parte I é a principal, mantida por contribuições nacionais realizadas por todos os membros, cujo valor total em 2017 foi de 200.1 milhões de euros. O valor da contribuição por membro é calculado seguindo dois critérios: o tamanho relativo de suas economias e uma proporção igualmente compartilhada entre os países membros. O principal contribuinte da Parte I são os Estados Unidos, com 20.6%, seguido por Japão (9,4%) e Alemanha (7,4%).

A Parte II é alimentada por contribuições voluntárias suplementares para o financiamento de programas específicos não custeados pelo orçamento principal da Parte I,

conforme aprovação do Conselho. A contabilidade e gestão financeira da Organização é auditada pela *Supreme Audit Institution* de um dos membros, indicada pelo Conselho (OECD, 2018). O valor total do orçamento consolidado em 2017, somando-se as Partes I e II, foi de 374 milhões de euros.

Porcentagem da participação de cada país membro nas contribuições à Parte I do Orçamento de 2017			
País	Porcentagem (%)	País	Porcentagem (%)
Estados Unidos	20.6	Polônia	1.5
Japão	9.4	Chile	1.4
Alemanha	7.4	Estônia	1.4
Reino Unido	5.5	Israel	1.4
França	5.4	Letônia	1.4
Itália	4.1	Eslovênia	1.4
Canadá	3.6	Dinamarca	1.3
Austrália	3.1	Finlândia	1.2
Coreia do Sul	3.1	Rep. Tcheca	1.1
Espanha	3.0	Grécia	1.1
México	2.8	Irlanda	1.1
Holanda	2.2	Nova Zelândia	1.1
Suíça	2.1	Portugal	1.1
Turquia	2.0	Hungria	1.0
Bélgica	1.6	Eslováquia	0.8
Noruega	1.6	Luxemburgo	0.6
Suécia	1.6	Islândia	0.5
Austria	1.5	TOTAL	100

Fonte: Dados OCDE (OECD, 2018). Elaboração CCGI- EESP/FVG.

A considerar o tamanho da economia brasileira, e que o Produto Interno Bruto - PIB brasileiro, segundo dados de 2016 do Banco Mundial, situava-se entre os PIBs da Itália e do Canadá (World Bank, 2018), estima-se que a contribuição do Brasil ao Orçamento da OCDE, caso torne-se membro, corresponderá a uma porcentagem média entre 3,5 e 4%, ou seja, o equivalente a cerca de 15 milhões de euros.

### A OCDE e seus instrumentos (*OECD Acts*)

Atuando por meio do **Conselho**, a OCDE adota uma diversidade de instrumentos legais, considerados normas e padrões internacionais de boas práticas e diretrizes, que devem ser implementados por seus membros de forma a uniformizar condutas, políticas nacionais e trocas de informações. Cada um destes instrumentos é fruto de intenso e substantivo trabalho de análise, estudos, trocas de experiências e pesquisas realizadas por cada um dos seus Comitês temáticos.

Ao todo, a OCDE conta, atualmente (março de 2018), com 240 instrumentos legais, todos disponíveis para consulta pública em seu site e catalogados por temas multidisciplinares (são 17 temas diferentes: agricultura e alimentação; desenvolvimento; economia; educação, emprego; energia; meio ambiente; finanças e investimentos; governança; indústria e serviços; energia nuclear; ciência tecnologia; assuntos sociais, migração, saúde; tributação; comércio; transporte; desenvolvimento urbano, rural e regional), por tipo (decisões, recomendações ou outros instrumentos), por data, por data da última emenda, por referência, por Comitê, e adotados por países não membros (OECD, 2018).

A elaboração destes instrumentos está prevista nos artigos 5, 6 e 7 da Convenção da OCDE, os quais estabelecem que a Organização, atuando por meio do Conselho (artigo 7 da Convenção), pode tomar decisões vinculantes a todos os seus membros (respeitados os

procedimentos constitucionais de internalização para cada país), elaborar recomendações de comum acordo com todos os membros e celebrar convenções (tratados) com membros, não-membros e outras organizações internacionais. Na adoção desses instrumentos, cada membro possui direito a um voto e, caso abstenha-se de votar para a adoção de uma decisão ou recomendação, tal abstenção não invalida a decisão ou a recomendação, que poderá continuar sendo aplicável aos demais membros, com exceção daqueles que se abstiverem. Se um país for contrário à adoção de um instrumento, é necessário que seja transparente e explicita sua posição, reservas ou observações, caso contrário, haverá uma expectativa de implementação por parte de seus pares.

Para facilitar a compreensão e diferenciação da natureza jurídica e grau vinculante dos diversos instrumentos produzidos, a OCDE apresenta a seguinte especificação:

Instrumentos Legais da OCDE	
Instrumentos Legais ( <i>Legal Instruments</i> )	
<b>Decisões</b> ( <i>Decisions</i> )	<u>São juridicamente vinculantes</u> para todos os membros que não se abstenham no momento em que são adotadas. Embora não sejam tratados internacionais, estabelecem o mesmo tipo de obrigações legais contidas em tratados. <u>Os membros são obrigados a implementar as decisões</u> e devem tomar as medidas necessárias para tal implementação.
<b>Recomendações</b> ( <i>Recommendations</i> )	<u>NÃO são juridicamente vinculantes</u> mas, na prática, <u>possuem grande força moral</u> como representação da vontade política dos membros. Há grande expectativa de que os membros farão o máximo possível para implementá-las plenamente. Assim, os membros que não pretendem implementar uma Recomendação tendem a se abster quando são aprovadas.
Outros Instrumentos Legais ( <i>Other Legal Instruments</i> )	
<b>Declarações</b> ( <i>Declarations</i> )	São textos solenes <u>estabelecendo compromissos políticos</u> relativamente precisos, subscritas pelos governos dos membros. Não constituem atos formais da Organização e <u>NÃO são juridicamente vinculantes</u> , mas <u>são observadas pelo Conselho</u> da OCDE e sua aplicação é monitorada pelo órgão responsável na OCDE.
<b>Entendimentos</b> ( <i>Arrangements and Understandings</i> )	São instrumentos negociados e adotados no âmbito da Organização por alguns membros. <u>Não são atos da Organização</u> e <u>NÃO são juridicamente vinculantes</u> , mas <u>são observados pela OCDE</u> e sua implementação é monitorada.
<b>Acordos Internacionais</b> ( <i>International Agreements</i> )	São concluídos no âmbito da Organização e <u>são juridicamente vinculantes</u> às partes.

Fonte: Dados OCDE (OECD, 2018). Elaboração CCGI-EESP/FGV.

Dentre os diversos tipos de instrumentos, predominam em quantidade numérica as Decisões e Recomendações. As Decisões e os Acordos Internacionais possuem natureza jurídica vinculante. Os demais, embora não sejam definidos como juridicamente vinculantes, são considerados possuidores de força moral, como as Recomendações, ou estabelecem compromissos políticos, como as Declarações. A implementação de todos os instrumentos legais, independentemente de sua natureza, é constantemente monitorada no âmbito da OCDE, mesmo que não sejam instrumentos produzidos pela Organização, como os Entendimentos.

A OCDE não aplica sanções por incumprimento de seus instrumentos. De maneira geral, os países tendem a implementar as regras que decidem adotar voluntariamente após intensos estudos e aprovação por consenso pelo Conselho. O *enforcement* dá-se pela vigilância multilateral, acompanhamento e monitoramento entre pares, que possuem interesses comuns no alcance de resultados. O elevado número de instrumentos acordados e adotados pela OCDE é constantemente atribuído ao baixo número de membros e elevado grau de confiança entre eles, o que facilitaria o alcance da cooperação e do consenso, bem como à uma alegada

homogeneidade existente entre seus membros, no que se refere ao grau de desenvolvimento econômico, industrialização, valores e preocupações (BLAIR, 1993, p.9; WOODWARD, 2008, p. 85).

Segundo Woodward, os países na OCDE preocupam-se muito mais com o alcance do consenso em temas de interesses comuns e com a qualidade do seu trabalho, do que com a negociação e estabelecimento de regras propriamente ditas (WOODWARD, 2009, p. 8.). Pontua que a habilidade de conclusão de instrumentos legais por meio do processo decisório da OCDE é “*o menos importante, embora seja a mais comemorada dimensão da Organização*” (WOODWARD, 2009, p. 8).

## Atuação

Para cumprimento de seus objetivos, é importante assinalar que a OCDE funciona, predominantemente, como um fórum para consultas e trocas de informações e experiências entre seus membros, em prol da promoção da cooperação, desenvolvimento, crescimento e bem-estar social, por meio da uniformização e aperfeiçoamento de políticas públicas e regulação em temas de interesse comum.

A Organização conta com os diversos Comitês, organismos subsidiários e fóruns que, a partir dos planos de trabalho estabelecidos pelo Conselho, e com apoio do Secretariado, realizam constante monitoramento dos membros e dos temas de interesse. Para tanto, analisam, coletam dados, comparam práticas realizadas em cada país, desenvolvem estudos, estatísticas, projeções e relatórios que são, posteriormente, divulgados na forma de **publicações**, com vistas a disseminar e tornar públicas suas conclusões, sugestões e produção técnica e intelectual como um todo (OECD, 2018). As publicações são o principal meio de divulgação do trabalho da OCDE.

Por conduzir estudos em caráter prospectivo para a melhor compreensão de temas que impactam a economia e o desenvolvimento global, a OCDE, nas palavras de Cozendey, funciona como “*um foro não negociador para discussões sobre temas com negociações em curso em outros foros*”, como o G-20 e a OMC, que utilizam conceitos, dados e estudos da OCDE para fundamentar e desenvolver suas decisões (COZENDEY, 2017, p. 29).

A partir destes estudos e das convergências e pontos sensíveis identificados nos trabalhos dos Comitês, a OCDE pode, por decisão do Conselho, estabelecer compromissos consolidando políticas consideradas de “melhores práticas” na forma de diversos **instrumentos legais** (decisões, recomendações, declarações e acordos internacionais), que acabam se tornando referências utilizadas, também, por países não membros e outros organismos (COZENDEY, 2017, p. 28).

Outra importante função da OCDE está no acompanhamento do desempenho individual dos países no cumprimento e implementação dos seus instrumentos legais, por meio das chamadas **revisões por pares** (*peers reviews*), as quais são coordenadas por cada Comitê ou órgão subsidiário temático responsável (OECD, 2018). As *peers reviews* servem para identificar progressos, lacunas e dificuldades enfrentadas pelos países, além de proporcionar aos seus membros a oportunidade de comparar experiências e identificar as “melhores práticas” já implementadas pelos demais (OECD, 2018). Resumidamente, são o exame da performance ou práticas de cada país, em determinada área, realizado por outros países (seus “pares”), como uma forma de vigilância multilateral (*multilateral surveillance*). Seu objetivo é auxiliar o país avaliado a melhorar suas políticas, adotar melhores práticas e cumprir com os instrumentos legais e princípios da OCDE (OECD, 2018).

A OCDE vem implementando e desenvolvendo a prática das “revisões por pares” desde a sua criação, sendo considerada a primeira organização internacional a instituir um abrangente sistema de revisões por pares (WOODWARD, 2009, p. 126.). Tais revisões são o grande trunfo



da OCDE para incentivar a implementação dos instrumentos legais, uma vez que a Organização não aplica sanções e não possui órgão de solução de controvérsias para resolução de demandas por incumprimento de regras. Funcionam como “pressão moral” ou uma “pressão pelos pares” (*peer pressure*) em relação ao país que está sendo analisado, a fim de que se sinta comprometido e, ao mesmo tempo, incentivado a realizar as implementações propostas.

As avaliações são conduzidas em pé de igualdade entre os países avaliadores e avaliados, estimulam o diálogo, e podem contar com a participação de membros da sociedade civil, empresários e trabalhadores. Não há qualquer hierarquia ou imposição de qualquer decisão por um órgão superior (OECD, 2018), o que torna a relação entre os países avaliados e avaliadores mais horizontal e, ao mesmo tempo, renova o compromisso de cooperação. Deste modo, pode-se dizer que o sucesso do sistema de “revisão por pares” é atribuído à confiança mútua existente entre os países e em relação ao próprio sistema, além de uma considerada homogeneidade existente entre os membros e objetivos comuns (OECD, 2003. p.12.).

As “revisões por pares” garantem que os países comparem e aprendam com as experiências dos demais sobre o que funcionou ou não em seus territórios. A partir da experimentação alheia, é possível que um país avalie melhor se compensa ou não implementar uma ação em seu território exatamente como outro já fez, ou se deve fazer adaptações de melhoria ou relacionadas às suas necessidades próprias. Esse contato para trocas de experiências, além de servir para a identificação de “boas práticas” na elaboração de ações governamentais, e como fonte de novas ideias, pode servir, também, como forma de economia de tempo e dinheiro público, uma vez que dificilmente um país desejará experimentar uma medida que já sabe não ter tido êxito em outros países com condições semelhantes às suas (OECD, 2018).

Ao final das avaliações por pares, o país avaliado pode receber recomendações, como uma espécie de consultoria, as quais funcionam como direcionamentos para suas políticas nacionais (OECD, 2018). Inclusive, a eficiência das *peer reviews* como prática de laboratório e análise de políticas públicas implementadas pelos países é considerada uma forma de aprendizado social mais eficiente ao estabelecimento de políticas públicas do que a imposição de obrigações recíprocas (WOLFE, 2008, p. 25).

Os Estados membros, por seu turno, possuem o compromisso de implementar os instrumentos legais da Organização, bem como as recomendações específicas que lhe forem direcionadas por meio das revisões por pares. Devem, ainda, nos termos do artigo 3 da Convenção, atuar de forma cooperativa e coordenada entre si, inclusive trocando informações e experiências, participando de estudos e projetos comuns, além de manter a Organização informada sobre o cumprimento de seus compromissos.

A forma de atuação da organização é apresentada pelo gráfico a seguir:

**Modo de trabalho da OCDE:**

### OECD's way of working



Fonte: OCDE (OECD, 2018)

Em síntese, a Organização trabalha seguindo as etapas assim resumidas por Woodward:

- 1) *Coleta de informações* diversas sobre assunto de interesse comum em determinada área, apontado pelo Conselho para cumprimento das tarefas da OCDE;
- 2) *Análise* dos dados pelo Secretariado para identificação de pontos sensíveis, relevantes e outros temas relacionados, bem como aprofundamento do tema a ser desenvolvido;
- 3) *Discussões* sucessivas nos Comitês entre seus membros para análise dos problemas, trocas de informações e experiências nacionais próprias;
- 4) Definição dos países sobre suas posições nacionais acerca do tema em questão para a tomada de *Decisões* sobre propostas de soluções e padrões de melhores práticas para políticas referentes ao problema em questão. As decisões são anualmente publicadas em relatórios e, em algumas situações, os países vão além e negociam sua transformação em instrumentos legais para que sejam adotados pelo Conselho;
- 5) *Implementação* das decisões pelos países, tenham sido transformadas em instrumentos legais ou não;
- 6) Condução de *Revisões por Pares*, para monitoramento e avaliação da implementação das decisões pelos países (WOODWARD, 2009, p. 56-57).

Deste modo, a OCDE foi consolidando sua imagem como a de uma organização que harmoniza e desenvolve boas práticas de governança. A grande maioria dos membros da OCDE, especialmente seus fundadores, são considerados países desenvolvidos, o que rendeu à OCDE a alcunha inicial de “clube dos países ricos”. Com a presença de países considerados emergentes e que acederam posteriormente à Organização (como Chile, México, Coréia do Sul e Turquia) e, por sua referida caracterização como uma instituição que elabora orientações sobre políticas públicas diversas, destinadas ao fomento do desenvolvimento, crescimento e bem estar social, a OCDE passou, também, a ser referida como “clube das melhores práticas”, conforme descrito pela Presidente chilena, Michelle Bachelet, à época em que o Chile recebeu o convite da OCDE para tornar-se membro (OECD, 2015b). Segundo Bachelet, a OCDE seria um “*clube de boas práticas, de políticas públicas de qualidade*” e que, se a entrada do Chile se concretizasse, o país poderia “*compartilhar as lições que eles [os países desenvolvidos] aprenderam para dar um salto no crescimento*”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2009).

Inclusive, países em desenvolvimento têm buscado alinhar suas políticas às orientações da OCDE, visando a compatibilização de suas reformas econômicas e sociais com as políticas e experiências de países desenvolvidos e, assim, tornarem-se países mais “confiáveis” e

“transparentes” para atração de investimentos e parceiros econômicos. Conforme ponderado pelo Itamaraty, um país ser aceito como membro da OCDE equivale à obtenção de uma espécie de “selo de qualidade” (BRASIL, 2018).

Para a OCDE, é igualmente importante que seus membros conheçam mais de perto as práticas de países emergentes com presença no cenário internacional. Com essa prática, procura garantir a relevância e influência da Organização, incorporando os grandes *players* globais. A aproximação com países não membros, especialmente países em desenvolvimento e com grande peso político, é fundamental para que a OCDE possa continuar ampliando sua atuação em caráter global, divulgando suas boas práticas, bem como se familiarizando com as mais diversas experiências nas *peer reviews*.

### **Não membros parceiros**

Além das atividades realizadas entre membros, a OCDE prevê em sua Convenção Constitutiva o relacionamento e a promoção do desenvolvimento econômico para países não membros, bem como com a sociedade civil e organizações internacionais, permitindo que participem em seus Comitês e órgãos subsidiários (artigo 12 da Convenção), conforme termos e condições pré-estabelecidas pelo Conselho. Com esse mesmo propósito, a OCDE busca também abarcar a participação de outras organizações internacionais, organizações não governamentais e da sociedade civil.

Conforme a Resolução do Conselho C(2012)100/FINAL, adotada em 2012, a participação de não membros nas atividades da OCDE e de seus órgãos subsidiários pode ocorrer via convite para que o não membro atue como parceiro (*partner*). Essa parceria (*partnership*) desenvolve-se em uma das três seguintes categorias, com níveis de envolvimento crescentes: a) Convidado (*Invitee*), b) Participante (*Participant*), c) Associado (*Associate*). O Comitê que desejar envolver parceiros em suas atividades, deverá desenvolver um Plano de Participação (*Participation Plan*), conforme suas regras de Estratégias de Relações Globais (*Global Relations Strategy*), o qual dependerá de prévia aprovação pelo Conselho.

Os convidados participam de uma reunião por vez, apenas para tratar de assuntos não confidenciais de um determinado órgão subsidiário. Os participantes podem ser convidados para todas as reuniões não confidenciais do órgão e contribuir ativamente às suas atividades, salvo quando o Conselho achar necessário que a participação seja parcial ou não aceita. Os associados, por sua vez, participam de um Comitê, um projeto, desenvolvimento ou discussão de um instrumento legal com quase todos os mesmos direitos e obrigações que os membros da OCDE no mesmo órgão, por um período indefinido. Os associados apenas não participam de discussões sobre a adesão de novos membros à Organização. Aos não membros parceiros, também, cabe o compromisso de aderir e implementar os instrumentos legais relacionados aos órgãos dos quais participem, bem como atuar nas respectivas *peer reviews*, e pagar seus compromissos orçamentários assumidos perante a Parte II do Orçamento (WOODWARD, 2009, p. 54).

Desde 2007, o Conselho da OCDE designou os países Brasil, China, Índia, Indonésia e África do Sul como “parceiros chave” (*key partners*) (OECD, 2018). Nessa condição, podem ser convidados por todos os Comitês para atuarem como parceiros convidados ou participantes sem depender da prévia aprovação do Conselho, sendo a aprovação necessária apenas quando o convite for para a atuação como associado.

No seu objetivo de tornar-se global, ou seja, de disseminar suas boas práticas e garantir que sejam implementadas pelo maior número possível de países, a OCDE tem desenvolvido trabalho ativo junto ao Grupo G-20, participando em suas reuniões e oferecendo suporte técnico, especializado e estatístico ao desenvolvimento de políticas e projetos com o objetivo de enfrentar os desafios globais financeiros, econômicos e políticos (OECD, 2018). Na verdade,

a OCDE vem atuado como “*secretariado informal do G-20*”, em conjunto com as demais organizações multilaterais como OMC, FMI e Banco Mundial.

Importa destacar que o G-20, criado em 1999, é um fórum de discussões composto pela União Europeia e mais dezenove economias (Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, África do Sul e Turquia) que, somadas, correspondem a 85% do produto bruto global, dois terços da população mundial e 75% do comércio internacional (G-20, 2018), o que evidencia o grande alcance dos trabalhos desenvolvidos em conjunto entre o G-20 e a OCDE (OECD, 2018). São exemplos de alguns desses trabalhos o estabelecimento do Fórum Global sobre Transparência Tributária, o Acordo sobre Trocas Automáticas de Informações Tributárias, o Projeto *BEPS – Base Erosion and Profit Shifting* para combate à evasão tributária, os Princípios G20/OECD sobre Governança Corporativa, dentre outros, nas áreas de agricultura e segurança alimentar; anticorrupção; desenvolvimento; emprego e políticas sociais; energia, meio ambiente e crescimento verde; reforma do setor financeiro; estrutura para o desenvolvimento forte e crescimento balanceado; financiamento para investimentos; tributação; comércio e investimentos (OECD, 2018).

No que se refere à sociedade civil, duas entidades não governamentais internacionais, parceiras da OCDE, o TUAC, representante dos trabalhadores, e o BIAC, representante dos empresários, recebem destaque por ocuparem uma posição consultiva perante a OCDE, participando de reuniões formais e informais, influenciando na celebração de suas políticas (WOODWARD, 2008, p. 81) e na tomada de decisões importantes, como na revisão das *Guidelines for Multilateral Enterprises* (1998-2000) e *Principles of Corporate Governance* (2003 a 2004) (WOODWARD, 2008, p. 89).

O TUAC, ou *Trade Union Advisory Committee*, está sediado em Paris e foi fundado em 1948 para representar os trabalhadores e funcionar como um Comitê Sindical Consultivo ao Programa de Recuperação Europeia executado pelo Plano Marshall. Representa os interesses dos sindicatos dos trabalhadores em diversos países industrializados e, desde 1962 (WOODWARD, 2008, p. 80), atua de forma consultiva junto ao Secretariado da OCDE, em seus Comitês, e aos próprios membros e não membros parceiros (OECD WATCH, 2018). Conta, hoje, com 59 organizações afiliadas, nacionais de 31 membros da OCDE (TUAC, 2018).

O BIAC, ou *Business and Industry Advisory Committee*, também sediado em Paris, foi fundado em 1962 e reconhecido como representante dos interesses da comunidade patronal, empresas e negócios da OCDE (WOODWARD, 2008, p. 80-81), de forma a resguardar os interesses empresariais e industriais na formulação de políticas da Organização (OECD WATCH, 2018). Possui, como afiliadas, 96 organizações nacionais de membros e não membros da OCDE, atuantes em setores empresariais relevantes. As 43 organizações nacionais de membros da OCDE ocupam o status de membros do BIAC, as 11 organizações nacionais de países não membros da OCDE ocupam o status de observadores do BIAC, e as demais 42 organizações são consideradas grupos de especialistas associados (BIAC, 2018). A Confederação Nacional da Indústria - CNI, enquanto organismo representante da indústria nacional brasileira e órgão máximo do sistema sindical patronal da indústria (CNI, 2018), atua no BIAC como membro observador desde 2008, desenvolvendo o papel de envolver o empresariado brasileiro no acompanhamento dos temas tratados pela OCDE. A CNI contribuiu especialmente, com o estudo do projeto BEPS, buscando sensibilizar as empresas e a Receita Federal do Brasil para participar, implementar e identificar as disfunções brasileiras na área (FERNANDES, 2017, p. 24).

Outras ONGs de grande atuação no cenário internacional além do TUAC e BIAC, como Oxfam, *Friends of Earth*, *World Wild Fund for Nature* (WWF) a *Northern Alliance for Sustainability* (ANPED), dentre outras, também já participaram em reuniões na OCDE quando importantes instrumentos legais foram revisados ou negociados, a exemplo da *Declaration on*

*International Investment and Multinational Enterprises* (WOODWARD, 2008, p. 89). Destas interações entre as ONGs, em 2003, nasceu a *OECD Watch*, uma aliança entre mais de 100 ONGs nacionais de 55 membros e não membros da OCDE, que visa divulgar e acompanhar a implementação das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, ou *OECD Guidelines for Multinational Enterprises*, pelos países aderentes (OECD WATCH, 2018).

As *Guidelines* da OCDE para Empresas Multinacionais expressamente estabelecem em seu texto a participação da sociedade civil no acompanhamento de sua implementação, por meio da criação de escritórios governamentais chamados de Pontos Nacionais de Contato - PNCs, ou *National Contact Points – NCPs*, em cada um dos países aderentes. Os PNCs são estruturados para promover a divulgação das *Guidelines*, receber denúncias por parte da sociedade civil em relação à não observância das *Guidelines*, resolução de conflitos em território nacional e engajamento nas *peer reviews* relativas ao Comitê respectivo.

## O Brasil e a OCDE

O Brasil iniciou sua aproximação com a OCDE no início dos anos de 1990, quando integrou o Comitê do Aço como país-associado. Aos poucos, passou a participar de outros Comitês, tendo a oportunidade de acompanhar diversas discussões sobre boas práticas em diferentes áreas (OECD, 2015a, p. 3). Em 1994, tornou-se membro do Centro de Desenvolvimento da OCDE. Em 1999, o Conselho da OCDE decidiu criar um programa direcionado ao Brasil e, desde então, o Brasil passou a ser convidado para todas as reuniões Ministeriais da OCDE (OECD, 2018). No ano 2000, o Brasil deu mais um importante passo ao assinar a Convenção de Combate à Corrupção de Autoridades Estrangeiras.

Em 2003, a Portaria nº 92 do Ministério da Fazenda do Brasil, instituiu o Ponto de Contato Nacional - PCN brasileiro para atendimento da exigência contida nas *Guidelines* da OCDE para as Empresas Multinacionais, anexas à Declaração sobre Investimento Internacional e Empresas Multinacionais, cuja adesão do Brasil ocorreu em 1997, quando passou a participar do Comitê de Investimento Internacional e das Empresas Multinacionais da OCDE. O PCN funciona como um grupo de trabalho interministerial e visa promover a implementação das Diretrizes no Brasil e receber alegações de inobservância por ações ou omissões de empresas multinacionais, as quais podem ser apresentadas por qualquer pessoa física ou jurídica. Atualmente, o PCN brasileiro é regido e estruturado pela Portaria Interministerial nº 73 de 2013, que revogou a Portaria anterior.

Diante do progressivo envolvimento do Brasil com as atividades da OCDE, e de seu destaque como um significativo *player* no cenário internacional, em 16 de maio de 2007, o Conselho Ministerial da OCDE aprovou uma Resolução denominada *OECD Council Resolution on Enlargement and Enhanced Engagement*, a qual estabeleceu medidas para fortalecer a cooperação com Brasil, China, Índia, Indonésia e África do Sul, por meio de uma política de “ampliação de engajamento” (*enhanced engagement*), o que sinalizou uma maior aproximação com a Instituição. Desde então, esses países passaram a ser considerados “parceiros-chaves” (*key partners*) da Organização, podendo participar mais facilmente de seus órgãos, comitês e grupos de trabalho como “parceiros” (a aprovação pelo Conselho será necessária apenas para a atuação como “associado”), aderir aos seus instrumentos legais e participar dos informes estatísticos e revisões por pares (OECD, 2018).

Atualmente, o Brasil atua na vice-presidência de dois Conselhos de Administração: no Centro de Desenvolvimento e no Programa para Avaliação Internacional de Estudantes (PISA). Também participa como membro ou associado em 27 organismos, projetos e atividades relacionadas da OCDE:

<b>Organismos, Projetos e atividades em que o Brasil atua como membro ou associado</b>	
Advisory Group for Co-operation with Partner Economies	Scheme for Crucifer Seed and other Oil or Fiber Species
Chemicals Committee	Scheme for Grass and Legume Seed
Expert Sub-Group on Mutual Administrative Assistance in Tax Matters	Scheme for Maize and Sorghum
Forum on Harmful Tax Practices	Scheme for Vegetables
Forum on Tax Administration	Steel Committee
Global Forum AEOI Group	Task Force on the Digital Economy
Global Forum Peer Review Group	Working Group of National Co-ordinators of the Test Guidelines Programme
Governing Board of the Development Centre	Working Group on Bribery in International Business Transactions
INES Network for Data Development on labour market and social outcomes of education	Working Group on Good Laboratory Practice
INES Network for the collection and the adjudication of system-level descriptive information on educational structures, policies and practices	Working Party nº6 on the Taxation of Multinational Enterprises
Investment Committee	Working Party on Chemicals, Pesticides and Biotechnology
OECD Scheme for the Application of International Standards for Fruit and Vegetables	Working Party on Indicators of Educational Systems
Programme for International Student Assessment Governing Board	Working Party on Responsible Business Conduct
Scheme for Cereals	

Fonte: Dados OCDE (OECD, 2018). Elaboração CCGI-EESP/FGV.

Ainda, atua como participante ou observador em outros 51 organismos, projetos e atividades relacionadas da OCDE:

<b>Organismos, Projetos e atividades em que o Brasil atua como participante ou observador</b>	
Advisory Task Force on the OECD Codes of Liberalisation	Working Party nº10 on Exchange of Information and Tax Compliance
Committee for Agriculture	Working Party nº11 on Aggressive Tax Planning
Committee for Scientific and Technological Policy	Working Party nº2 on Competition and Regulation
Committee on Fiscal Affairs	Working Party nº2 on Tax Policy Analysis and Tax Statistics
Committee on Statistics and Statistical Policy	Working Party nº3 on Co-operation and Enforcement
Competition Committee	Working Party nº6 on the Taxation of Multinational Enterprises
Forum on Harmful Tax Practices	Working Party nº9 on Consumption Taxes
Group on Commodity Markets	Working Party of National Experts on Science and Technology Indicators
High Level Risk Forum	Working Party of Senior Budget Officials
Investment Committee	Working Party of Senior Digital Governments Officials (E-Leaders)
Joint Working Party on Agriculture and Trade	Working Party of Senior Public Integrity Officials
Joint Working Party on Trade and Environment	Working Party of the Leading Practitioners on Public Procurement
Network of Parliamentary Budget Officials and Independent Fiscal Institutions	Working Party on Trade Committee
Network of Senior Infrastructure Officials	Working Party on Agricultural Policies and Markets
Network on Financial Management	Working Party on Biotechnology, Nanotechnology and Converging Technologies



Network on Gender Budgeting	Working Party on Consumer Product Safety
Network on Performance and Results	Working Party on Financial Statistics
OECD Global Science Forum	Working Party on Innovation and Technology Policy
Programme for Teaching and Learning International Survey Governing Board	Working Party on International Trade in Goods and Services Statistics
Public Governance Committee	Working Party on Measurement and Analysis of the Digital Economy
Regulatory Policy Committee	Working Party on National Accounts
Senior Officials from Centres of Government	Working Party on Private Pensions
Task Force on the Digital Economy	Working Party on Public Employment and Management
Trade Committee	Working Party on SMEs and Entrepreneurship
Working Group on International Investment Statistics	Working Party on State Ownership and Privatisation Practices
Working Party nº1 on Tax Conventions and Related questions	

Fonte: Dados OCDE (OECD, 2018). Elaboração CCGI-EESP/FGV.

Como resultado da aproximação Brasil-OCDE, foi criado, inclusive, um espaço específico para o Brasil no *site* da Organização, com possibilidade de acesso em língua portuguesa, destinado à divulgação de relatórios econômicos periódicos (o primeiro foi divulgado em 2001), estatísticas e documentos sobre o Brasil, o qual pode ser acessado em: <<http://www.oecd.org/brazil>>.

Dentre os estreitamentos recentes das relações Brasil-OCDE, destaca-se a assinatura do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Acordo Marco de Cooperação com a OCDE), celebrada durante a reunião do Conselho Ministerial realizada em Paris, em junho de 2015. O acordo estabelece o diálogo e a cooperação institucionalizada entre o Brasil e a OCDE em diversas áreas, o qual determina encontros anuais para a identificação de áreas de cooperação prioritárias, acompanhamento de implementação de políticas, serviços e resultados, além do estabelecimento de programas bienais conjuntos de trabalho com base em interesses mútuos. Poucos meses depois de sua assinatura e em continuidade aos objetivos acordados em Paris, foi assinado em Brasília, em novembro de 2015, o Programa de Trabalho Brasil-OCDE 2016-2017.

Desde a criação do grupo G-20 para a cooperação econômica e financeira, do qual o Brasil faz parte, o país já vinha trabalhando em parceria com a OCDE no desenvolvimento de objetivos comuns entre a OCDE e o G-20 para fortalecimento da economia mundial. Como fruto desta parceria, participa como membro no Fórum Global sobre Transparência e Trocas de Informações para Fins Fiscais desde 2009 (BRASIL, 2018b), criado no âmbito da OCDE (OECD, 2018), e atuou na elaboração do Plano de Ação sobre a Erosão da Base Tributária e Transferência de Lucros (*Action Plan on Base Erosion and Profit Shifting – BEPS*), lançado em 2013, com a identificação de 15 ações destinadas a combater a erosão fiscal internacional (OECD, 2015a, p.20).

Dado o histórico de aproximação entre o Brasil e a OCDE, o pedido de acessão brasileiro segue uma ordem evolutiva na relação entre o país e a Organização. Trata-se de um passo significativo para que o país continue participando nos relatórios de avaliação da OCDE e conheça em maiores detalhes as políticas de boas práticas aplicadas por países mais desenvolvidos, inserindo-se na política econômica internacional.

Contudo, tornar-se membro da OCDE significa assumir um compromisso maior de envolvimento e participação em seus diversos órgãos, além de realizar a implementação e harmonização dos instrumentos legais negociados e desenvolvidos pela Organização, como decisões, recomendações e outros instrumentos, com a legislação e políticas públicas brasileiras, de forma a ampliar o crescimento econômico e bem-estar social. No que se refere à

adesão do país aos instrumentos legais, dentre os 240 existentes, de acordo com informações disponíveis no *site* da OCDE, o Brasil é reconhecido como tendo aderido a 39 instrumentos que estão em vigor (OECD, 2018):

<b>Os 39 Instrumentos que a OCDE considera como aderidos pelo Brasil:</b>
<b><i>Agriculture and Food</i></b>
<i>Decision of the Council revising the OECD Scheme for the Application of International Standards for Fruit and Vegetables</i>
<i>Declaration on Better Policies to Achieve a Productive, Sustainable and Resilient Global Food System</i>
<i>Decision of the Council Revising the OECD Schemes for the Varietal Certification or the Control of Seed Moving in International Trade</i>
<b><i>Anti-corruption</i></b>
<i>Recommendation of the Council for Development Co-operation Actors on Managing the Risk of Corruption</i>
<i>Declaration on the Fight Against Foreign Bribery - Towards a New Era of Enforcement</i>
<i>Recommendation of the Council for Further Combating Bribery of Foreign Public Officials in International Business Transactions</i>
<i>Convention on Combating Bribery of Foreign Public Officials in International Business Transactions (Open for signature: 17 December 1997; Entry into force on: 15 February 1999)</i>
<b><i>Chemicals</i></b>
<i>Decision-Recommendation of the Council on Compliance with Principles of Good Laboratory Practice</i>
<i>Decision of the Council concerning the Mutual Acceptance of Data in the Assessment of Chemicals</i>
<b><i>Competition</i></b>
<i>Recommendation of the Council Concerning International Co-operation on Competition Investigations and Proceedings</i>
<i>Recommendation of the Council on Fighting Bid Rigging in Public Procurement</i>
<i>Recommendation of the Council on Competition Assessment</i>
<i>Recommendation of the Council concerning Structural Separation in Regulated Industries</i>
<i>Recommendation of the Council concerning Effective Action against Hard Core Cartels</i>
<b><i>Corporate Governance</i></b>
<i>Recommendation of the Council on Principles of Corporate Governance</i>
<b><i>Digital Economy Policy</i></b>
<i>Daejeon Declaration on Science, Technology and Innovation Policies for the Global and Digital Age</i>
<b><i>Export Credits</i></b>
<i>Sector Understanding on Export Credits for Civil Aircraft</i>
<i>Recommendation of the Council on Bribery and Officially Supported Export Credits</i>
<b><i>Fiscal Affairs</i></b>
<i>Declaration on Automatic Exchange of Information in Tax Matters</i>
<i>Declaration on Base Erosion and Profit Shifting</i>
<i>Convention on Mutual Administrative Assistance in Tax Matters as amended by the Protocol amending the Convention on Mutual Administrative Assistance in Tax Matters (Open for signature: 27 May 2010; Entry into force on: 1 June 2011)</i>
<i>Recommendation of the Council on Tax Measures for Further Combating Bribery of Foreign Public Officials in International Business Transactions</i>
<b><i>International Investments and Multinational Enterprises</i></b>
<i>Recommendation of the Council on the OECD Due Diligence Guidance for Responsible Supply Chains in the Garment and Footwear Sector</i>
<i>Recommendation of the Council on the Due Diligence Guidance for Meaningful Stakeholder Engagement in the Extractive Sector</i>
<i>Recommendation of the Council on Due Diligence Guidance for Responsible Supply Chains of Minerals from Conflict-Affected and High-Risk Areas</i>
<i>Decision of the Council on the OECD Guidelines for Multinational Enterprises</i>
<i>Third Revised Decision of the Council concerning National Treatment</i>
<i>Decision of the Council on Conflicting Requirements being imposed on Multinational Enterprises</i>
<i>Recommendation of the Council on Member Country Exceptions to National Treatment and National Treatment related Measures in the Category of Official Aids and Subsidies</i>

<i>Recommendation of the Council on Member Country Exceptions to National Treatment and National Treatment related Measures concerning the Services Sector</i>
<i>Recommendation of the Council concerning Member Country Exceptions to National Treatment and National Treatment related Measures concerning Investment by Established Foreign-Controlled Enterprises</i>
<i>Recommendation of the Council on Member Country Measures concerning National Treatment of Foreign-Controlled Enterprises in OECD Member Countries and Based on Considerations of Public Order and Essential Security Interest</i>
<i>Decision of the Council on International Investment Incentives and Disincentives</i>
<i>Declaration on International Investment and Multinational Enterprises</i>
<b><i>Propriety, Integrity and Transparency (Others)</i></b>
<i>Declaration on Propriety, Integrity and Transparency in the Conduct of International Business and Finance</i>
<b><i>Small and Medium Enterprises</i></b>
<i>Declaration on Strengthening SMEs and Entrepreneurship for Productivity and Inclusive Growth</i>
<i>Istanbul Ministerial Declaration on Fostering the Growth of Innovative and Internationally Competitive SMEs</i>
<i>The Bologna Charter on SME Policies</i>
<b><i>Steel</i></b>
<i>Multilateral Guidelines (Extract from the Annex to the Decision establishing a Steel Committee)</i>

Fonte: Dados OCDE (OECD, 2018). Elaboração CCGI-EESP/FGV.

Em setembro de 2017, o Brasil notificou a adesão a 31 novos instrumentos da OCDE (BRASIL, 2017b), e estaria preparando sua adesão para outros 30 (BRASIL, 2017b). Em alguns casos, utiliza-se o termo notificação para a adesão pois, para alguns instrumentos, basta a declaração de adesão pelo país interessado, para outros, é necessário que a OCDE realize um processo de exame (COZENDEY, 2017, p. 32) para verificar as práticas do país e sua efetiva compatibilidade com o conteúdo do instrumento. Como candidato a tornar-se membro efetivo da OCDE, além de buscar aderir ao maior número possível de instrumentos, o Brasil precisa se comprometer a implementar seus conteúdos uma vez que, caso seu pedido de acesso à Organização seja aceito, passará a ser cobrado por seus pares destes resultados.

O Brasil já é parte de 15% dos instrumentos legais da OCDE, notificou ou está em vias de notificar a adesão a mais 30% dos instrumentos, 28% dos instrumentos não apresentam incompatibilidades e 15% já estão alinhados com as políticas desejadas pela OCDE, embora requeiram alguma alteração na legislação brasileira. Segundo Cozendey, a legislação e as políticas nacionais, em geral, são compatíveis com a OCDE. O Brasil encontraria maiores dificuldades em compatibilização com apenas 12% dos instrumentos (COZENDEY, 2017, p. 32).

Na fase atual, é oportuna a análise do conteúdo dos instrumentos legais da OCDE e levantamento das áreas e temas em que deverá empreender reformas e modificações para adequar-se aos padrões e normas da Organização, bem como quais áreas já estão compatíveis, total ou parcialmente, com suas leis e políticas públicas. No processo de acesso, tanto o governo brasileiro como os setores privados terão que identificar os pontos considerados sensíveis e qual a melhor forma de contorná-los para a adequação aos instrumentos da OCDE.

A aceitação do seu pedido de acesso dependerá da aprovação por consenso entre os 35 membros da OCDE. Caso o pedido seja aceito e o país torne-se candidato oficial à adesão, será estabelecido um “mapa de acesso” (*accession roadmap*), que funciona como um cronograma das negociações, detalhando termos, condições e processo a ser seguido, adaptado às características, necessidades e exigências que serão feitas ao país específico. O “mapa de acesso” também indica as revisões que serão feitas por cada Comitê sobre as políticas públicas do país, legislações e práticas, verificando-se a compatibilidade dessas políticas com os instrumentos da OCDE (OECD, 2018). Para tanto, o país candidato deve fornecer informações aos Comitês, além de responder e justificar as recomendações de alterações que receber, demonstrando e convencendo que já está em conformidade ou que possui condições ou está em

processo de adequação. Ao final das análises, cada Comitê emitirá uma “opinião formal” ao Conselho da OCDE (OECD, 2018), as quais serão consideradas, junto com outros aspectos relevantes, para que o Conselho tome a decisão final em unanimidade.

Em Reunião Ministerial do Conselho realizada em 2016, os membros debateram sobre o alargamento da OCDE e critérios que deveriam ser atendidos pelos países candidatos. Foi criado, naquele mesmo ano, um Grupo de Trabalho sobre Futuras Acessões ou *Working Group on the Future Size and Membership (WGM) of the Organisation*, que desenvolveu o documento “*Framework for the Consideration of Prospective Members*”, adotado pelo Conselho em junho de 2017, destinado a fornecer aos membros e aos membros “prospectivos” os critérios e informações que devem ser considerados para o processo de acesso de um novo membro. O *Framework* serve tanto de guia ao país interessado, para que faça uma autoanálise de suas condições, quanto aos membros, no momento da tomada de decisão pelo Conselho sobre aceitar ou não o início de um novo processo de acesso (OECD, 2017).

A OCDE já havia debatido a questão de seu alargamento em ocasiões anteriores, uma vez que o artigo 16 da Convenção prevê expressamente a possibilidade de novas acessões, a serem decididas por unanimidade pelo Conselho. Em relatório produzido em 2004, denominado “*Strategy for Enlargement and Outreach*”, a OCDE debateu sobre como, quando, e quais os limites para sua expansão, de forma a fortalecer-se globalmente, mas sem perder sua atual capacidade e métodos de trabalho (OECD, 2004).

O referido Relatório estabeleceu quatro critérios a serem considerados sobre um membro candidato à acesso: a) *like-mindedness*, referindo-se a visão de mundo e valores compartilhados entre os membros da OCDE, tais como economia de mercado e princípios democráticos, considerados fundamentais, bem como outros também importantes como performance econômica básica, boa governança e estado de direito, direitos humanos, participação ativa em outras organizações internacionais e regionais, iniciativas de assistência ao desenvolvimento, observância dos instrumentos legais (*acquis*) da OCDE; b) *significant player*, referindo à significância e capacidade do país candidato em contribuir efetivamente com as avaliações, aprendizados e influência dos pares em todos os Comitês principais da OCDE, ou cujas políticas sejam importantes aos demais membros em razão de sua interdependência econômica ou impacto sobre as políticas dos demais membros ou sobre a ordem internacional; c) *mutual benefit*, o qual requer que a acesso de um novo membro à OCDE seja vantajosa ao novo membro e aos atuais membros da OCDE, o que terá maiores chances de ocorrer quando o país candidato tiver capacidade e vontade de comprometer-se em afetivamente contribuir com as atividades substantivas da OCDE; e d) *global considerations*, referente aos benefícios gerais que a Organização terá ao aproximar-se da diversidade de experiências de outros países, dentro do conceito ampliado de *like-mindedness* (OECD, 2004, p. 15-19). Os dois primeiros critérios seriam referentes à análise das características do país no seu posicionamento (*positioning*), enquanto os dois últimos seriam referentes à avaliação (*assessment*) do país quanto à sua acesso (OECD, 2004, p. 19 e 46).

No *Framework for the Consideration of Prospective Members*, aprovado em 2017, a OCDE manteve os critérios de 2004 e acrescentou novos critérios específicos para análise do país candidato a membro, dividindo-os em cinco categorias: **1) state of readiness**, ou estado de preparação, em que se verifica o estado em que o país se encontra para entrar na OCDE, considerando: a) sua governança pública e econômica com base em sua adesão a alguns instrumentos específicos da OCDE; b) habilidade, capacidade e compromisso nas atividades dos comitês da OCDE, c) alcance e impacto, regional ou global, do país na economia mundial; **2) compromisso do país com os valores da OCDE e obrigações de seus membros**, **3) quadro institucional do país**, **4) indicadores econômicos**, e **5) relações do país com a OCDE**, como participação nos órgãos da OCDE, adesão aos instrumentos legais, e participação em programas (OECD, 2017, p.7-18).

Além do item 5 do *Framework* prever a adesão do país candidato aos instrumentos legais da OCDE e aos seus Organismos de maneira geral, o item 1 do *Framework*, que trata do *state of readiness*, elenca alguns dos instrumentos considerados essenciais ao processo de acesso e a verificação do estado de “preparação” do país conforme sua adesão ou processo de adesão, em substância e processo, e também a participação em fóruns importantes na OCDE, conforme detalhado no Apêndice ao *Framework*. São 19 instrumentos relacionados à governança pública e econômica do país, baseados em regras de economia de mercado aberta, transparência tributária e cooperação internacional, sistema financeiro estável e transparente, e acesso à informação, dentre os quais a OCDE considera que o Brasil já aderiu a 11 instrumentos. Quanto aos dois fóruns indicados, o *Inclusive Framework on BEPS Implementation* e o *Global Forum on Transparency and Exchange of Information for Tax Purposes*, o Brasil já é membro nos dois.

Instrumentos legais e Fóruns da OCDE especificados no Apêndice ao “ <i>Framework for the Consideration of Prospective Members</i> ” para adesão e participação pelos países candidatos a membro	
Instrumentos Legais da OCDE selecionados para adesão pelo “ <i>Framework for the Consideration of Prospective Members</i> ”	Situação Brasil
a) <i>Declaration on International Investment and Multinational Enterprises</i>	OCDE considera aderido (OECD, 2018)
a.1) <i>Decision of the Council on International Investment Incentives and Disincentives</i>	Não definido.
a.2) <i>Recommendation of the Council on Member Country Measures Concerning National Treatment of Foreign Controlled Enterprises in OECD Member Countries and Based on Considerations of Public Order and Essential Security Interest</i>	OCDE considera aderido (OECD, 2018)
a.3) <i>Recommendation of the Council concerning Member Country Exceptions to National Treatment and National Treatment related Measures concerning Investment by Established Foreign-Controlled Enterprises</i>	OCDE considera aderido (OECD, 2018)
a.4) <i>Recommendation of the Council on Member Country Exceptions to National Treatment and National Treatment related Measures concerning the Services Sector</i>	OCDE considera aderido (OECD, 2018)
a.5) <i>Recommendation of the Council on Member Country Exceptions to National Treatment and National Treatment related Measures in the Category of Official Aids and Subsidies</i>	OCDE considera aderido (OECD, 2018)
a.6) <i>Recommendation of the Council on Member Country Exceptions to National Treatment and Related Measures concerning Access to Local Bank Credit and the Capital Market</i>	Não definido.
a.7) <i>Decision of the Council on Conflicting Requirements being imposed on Multinational Enterprises</i>	OCDE considera aderido (OECD, 2018)
a.8) <i>Decision of the Council on the Third Revised Decision of the Council concerning National Treatment</i>	Não definido.
a.9) <i>Decision of the Council on the OECD Guidelines for Multinational Enterprises</i>	OCDE considera aderido (OECD, 2018)
a.10) <i>Recommendation of the Council on Guidelines for Recipient Country Investment Policies relating to National Security</i>	Não definido.
a.11) <i>Recommendation of the Council on the Due Diligence Guidance for Responsible Supply Chains of Minerals from Conflict-Affected and High-Risk Areas</i>	OCDE considera aderido (OECD, 2018)
a.12) <i>Recommendation of the Council on the OECD-FAO Guidance For Responsible Agricultural Supply Chains</i>	Não definido.
a.13) <i>Recommendation of the Council on the Due Diligence Guidance For Meaningful Stakeholder Engagement in the Extractive Sector</i>	OCDE considera aderido (OECD, 2018)

<b>b) Convention on Combating Bribery of Foreign Public Officials in International Business Transaction</b>	OCDE considera aderido (OECD, 2018)
<b>c) Code of Liberalisation of Capital Movements e Code of Liberalisation of Current Invisible Operations</b>	Não definido.
<b>d) Recommendation on Principles of Corporate Governance</b>	OCDE considera aderido (OECD, 2018)
<b>e) Recommendation on Principles for Internet Policy Making</b>	Não definido.
<b>f) Recommendation on Good Statistical Practice</b>	Não definido.
<b>Fóruns da OCDE indicados para participação pelo “Framework for the Consideration of Prospective Members</b>	<b>Situação Brasil</b>
<i>Inclusive Framework on BEPS Implementation</i>	Membro
<i>Global Forum on Transparency and Exchange of Information for Tax Purposes</i>	Membro

Fonte: Dados OCDE (OECD, 2018f; OECD, 2017). Elaboração CCGI-EESP/FGV.

Uma vez aprovado o início do processo de acesso do país, é assinado um Acordo de Acesso, ou *Accession Agreement*, pelo qual o país candidato inicia a tomada das medidas internas necessárias e realiza o depósito do instrumento de ratificação à Convenção. Atualmente, três países estão com processos de acesso perante a OCDE: Colômbia, Lituânia e Costa Rica, e seus respectivos processos podem ser consultados no site da OCDE.

Como acontece em qualquer processo de acesso, a análise das políticas, práticas e legislações brasileiras pelos Comitês da OCDE ressaltará os pontos em que o Brasil precisará empreender maiores esforços de adaptação, o que deixará em evidência os seus pontos sensíveis, mas, por outro lado, servirá como incentivo para que o país procure equiparar suas práticas às dos países mais desenvolvidos.

Cabe ao País demonstrar que já atende aos fatores determinantes para a decisão final do Conselho, considerando-se seu papel de parte dos Comitês e Convenções da OCDE, além da sua participação ativa no G-20.

## Considerações Finais

O objetivo do presente artigo é o de destacar a importância do papel da OCDE na governança do mundo atual. O foco de trabalho da Organização são as chamadas boas práticas para políticas públicas. Suas atividades são classificadas em 17 temas multidisciplinares e globais, tendo negociado e adotado 240 instrumentos legais nas mais diversas áreas econômicas, dividindo tais atividades em cerca de 250 comitês.

A acesso brasileira à OCDE significa a inserção do Brasil no centro dos grandes debates internacionais que acabam influenciando e delimitando as negociações e decisões das demais organizações internacionais, com OMC, FMI e Banco Mundial, mas, principalmente, o G-20. A acesso obrigará o País a modernizar suas políticas públicas e suas legislações, tendo por base as experiências e práticas consolidadas de outros países. Uma vez membro, passará a ter direito a voz e voto, participando diretamente da construção da agenda global e influenciando a definição de prioridades e ações da Organização.

Diante desse quadro pergunta-se: deve o Brasil ser membro pleno ou continuar a ser mero espectador da OCDE?



## Referências:

BARBEZAT, Daniel. "The Marshall plan and the origin of the Oeec". In: GRIFFITHS, Richard T. (Ed.). *Explorations in OEEC History*. OECD: Paris, 2009. (OECD Historical Series). pp. 33-48. Disponível em: <<http://www.oecd.org/economy/explorations-in-oeec-history-9789264067974-en.htm>>.

BIAC. 2018. Disponível em: <<http://biac.org/>>. Acesso em: abr. 2018.

BLAIR, David. J. *Trade negotiations in the OECD: structures, institutions and states*. London: New York: Kegan Paul International Ltd, 1993. (A publication of the Graduate Institute of International Studies, Geneva).

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Apresentação da Mensagem de Acordos, convênios, tratados e atos internacionais n. 141/2017, pelo Poder Executivo, que: "Texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, assinado em Paris, em 3 de junho de 2015"*. Página Inicial: Atividade Legislativa: Projetos de Lei e Outras Proposições: MSC 141/2017. 09/05/2017. 2017a. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=11F6A49418730AFAB57864CAFE222E0F.proposicoesWebExterno2?codteor=1561778&filename=MSC+141/201](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=11F6A49418730AFAB57864CAFE222E0F.proposicoesWebExterno2?codteor=1561778&filename=MSC+141/201)>. Acesso em: abr. 2018.

\_\_\_\_\_. CÂMARA DOS DEPUTADOS. "PDC 767/2017". Página Inicial: Atividade Legislativa: Projetos de Lei e Outras Proposições. 2018a. Disponível: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2136485>>. Acesso em: abr. 2018.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN. "Fórum Global para Transparência e Troca de Informações Tributárias". 2018b. Disponível em: <<http://www.sain.fazenda.gov.br/assuntos/politicas-institucionais-economico-financeiras-e-cooperacao-internacional/forum-global-para-transparencia-e-troca-de-informacoes-tributarias>>. Acesso em: abr. 2018.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria de Assuntos Internacionais. "O histórico da OCDE e a recente aproximação entre o Brasil e o organismo internacional". 2018c. Disponível em: <<http://www.sain.fazenda.gov.br/assuntos/politicas-institucionais-economico-financeiras-e-cooperacao-internacional/ocde>>. Acesso em: abr. 2018.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA FAZENDA. "O Brasil e a OCDE". Assuntos: OCDE. 2018d. Disponível em: <<http://www.pcn.fazenda.gov.br/assuntos/ocde/o-brasil-e-a-ocde>>. Acesso em: abr. 2018.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA FAZENDA. "O que são os PCNS?". 2018e. Disponível: <<http://www.pcn.fazenda.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/o-que-sao-os-pcns>>. Acesso em: abr. 2018.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. "Adesão do Brasil a novos instrumentos da OCDE". 6 de setembro de 2017. 2017b. Disponível em:

<<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17401-adesao-do-brasil-a-novos-instrumentos-da-ocde>>. Acesso em: abr. 2018.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. “O Brasil e a OCDE”. 2018e. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15584-o-brasil-e-a-ocde>>. Acesso em: abr. 2018.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. “O Brasil no G-20”. 2018f. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15586-brasil-g20>>. Acesso em: abr. 2018.

\_\_\_\_\_. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Carta Brasileira de pedido de acesso à OCDE*. 2017c. Disponível em: <<http://www.regulacao.gov.br/brasil-ocde/carta-brasileira-de-pedido-de-adesao-a-ocde/carta-do-brasil-enviada-a-ocde.pdf/view>>. Acesso em: abr. 2018.

CNI. “Institucional”. Conheça a CNI: O que a CNI faz. 2018. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/conheca-cni/>>. Acesso em: abr. 2018.

COZENDEY, Carlos Marcio. “O pedido de acesso do Brasil à OCDE:: Aceder a quê? Aceder por quê?” *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n. 132, pp. 26-32, 2017.

FERNANDES, José Augusto Coelho. “O Brasil e a OCDE: uma visão sobre o sistema de acesso e o papel da participação empresarial”. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n. 132, pp. 20-25, 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Bachelet saúda "reconhecimento" do Chile em convite para entrar na OCDE”. 15/12/2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2009/12/667052-bachelet-sauda-reconhecimento-do-chile-em-convite-para-entrar-na-ocde.shtml>>. Acesso em: abr. 2018.

G-20. 2018. Disponível em: <<https://www.g20.org/>>.

GRIFFITHS, Richard T. (Ed.). *Explorations in OEEC History*. OECD: Paris, 2009. (OECD Historical Series). Disponível em: <<http://www.oecd.org/economy/explorations-in-oeec-history-9789264067974-en.htm>>.

MAHON, Rianne; MCBRIDE, Stephen. (Ed.) *OECD and transnational governance*. Vancouver: UBC Press, 2008.

MARSHALL, George. “The Marshall Plan speech address by General George C. Marshall US Secretary Of State Harvard University, 5 June 1947”. Annex 1. In: GRIFFITHS, Richard T. (Ed.). *Explorations in OEEC History*. OECD: Paris, 2009. (OECD Historical Series). pp. 257-259. Disponível em: <<http://www.oecd.org/economy/explorations-in-oeec-history-9789264067974-en.htm>>.

OECD. 2018. Disponível em: <<http://www.oecd.org/>>. Acesso em: abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Action Plan on Base Erosion and Profit Shifting. 2013a. Disponível em: <<http://www.oecd.org/ctp/action-plan-on-base-erosion-and-profit-shifting-9789264202719-en.htm>>. Acesso em: abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Active with Brazil. 2015a. Disponível em: <<http://www.oecd.org/brazil/Brazil%20brochureWEB.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Addressing Base Erosion and Profit Shifting. 2013b. Disponível em: <<http://www.oecd.org/tax/addressing-base-erosion-and-profit-shifting-9789264192744-en.htm>>. Acesso em: abr. 2018.

\_\_\_\_\_. C(2006)78/REV1/FINAL Revised Resolution of the Council on a new Governance Structure for the Organisation. 2014. Disponível em: <<http://www.oecd.org/legal/Resolution-Governance-Structure.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

\_\_\_\_\_. C(2012)100/FINAL. Resolution of the Council on Partnerships in OECD Bodies. 2012. Disponível em: <[http://www.oecd.org/global-relations/partnershipsinoecdbodies/C\(2012\)100-FINAL-ENG.pdf](http://www.oecd.org/global-relations/partnershipsinoecdbodies/C(2012)100-FINAL-ENG.pdf)>. Acesso em: abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Convention on the Organisation for Economic Co-operation and Development. 1960. Disponível em: <<http://www.oecd.org/general/conventionontheorganisationforeconomicco-operationanddevelopment.htm>>. Acesso em: abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Peer Review: An OECD Tool for Co-operation and Change. 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264099210-en-fr>>. Acesso em: abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Report by the Chair of Heads of Delegation Working Group on the Enlargement Strategy and Outreach, Ambassador Seiichiro Noburu. “A strategy for enlargement and outreach”. 2004. Disponível em: <<http://www.oecd.org/global-relations/globalrelationsstrategy/37434513.pdf>>.

\_\_\_\_\_. Report of the Chair of the Working Group on the Future Size and membership of the Organisation to Council. “Framework for the Consideration of Prospective Members”. Meeting of the OECD Council at Ministerial Level. Paris, 7-8 June 2017. Disponível em: <<http://www.oecd.org/mcm/documents/C-MIN-2017-13-EN.pdf>>.

\_\_\_\_\_. Rules of Procedure of the Organisation. 2013c. Disponível em: <<https://www.oecd.org/legal/Rules%20of%20Procedure%20OECD%20Oct%202013.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Supplementary Protocol No. 1 to the Convention on the OECD. 14 December 1960. Disponível em: <<http://www.oecd.org/general/supplementaryprotocolno1totheconventionontheoecd.htm>>.

OECD WATCH. 2018. Disponível em: <<https://www.oecdwatch.org/>>. Acesso em: abr. 2018.

TUAC. 2018. Disponível em: <<https://tuac.org/>>.

U. S. “Mutual Security Agency”. In: U.S. Mutual Security Agency Organization Manual 1952. pp. 437-439. Disponível em: <[http://marshallfoundation.org/library/wp-content/uploads/sites/16/2014/05/Mutual\\_Security\\_Agency\\_1952.pdf](http://marshallfoundation.org/library/wp-content/uploads/sites/16/2014/05/Mutual_Security_Agency_1952.pdf)>.

WOLFE, Robert. "From reconstructing Europe to constructing globalization: the OECD in historical perspective". In: MAHON, Rianne; MCBRIDE, Stephen. (Ed.) OECD and transnational governance. Vancouver: UBC Press, 2008. pp. 25-42.

WOODWARD, Richard. The Organization for Economic Co-operation and Development (OECD). New York: Routledge, 2009. (Global Institutions).

\_\_\_\_\_. "Towards complex multilateralism?: civil society and the OECD". In: MAHON, Rianne; MCBRIDE, Stephen. (Ed.) OECD and transnational governance. Vancouver: UBC Press, 2008. pp. 77-95.

World Bank. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/>>. Acesso em abr. 2018.